



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011**

#### **ACTA Nº 01/2011**

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, pelas dezassete horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que cumprimentou e desejou boas-vindas a todos os Membros da Assembleia, bem como ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação. Referiu que esta era a primeira sessão deste ano e que havia uma nova disposição da sala, mais funcional e espera que gostem e se sintam mais confortáveis. Procedeu de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Gilberto Gouveia Branquinho; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; André Carvalho Almeida; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Rosa Maria Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Leonel da Rosa da Silveira; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso e Pedro Miguel da Silva Monteiro.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; Durval Carlos Almeida Faria; Marco Paulo da Silva Teixeira; José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Estiveram presentes os membros do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Lagoa e o cidadão José Fernando Carneiro Sousa morador na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, que assistiram à sessão, tendo usado da palavra, no período de intervenção aberto ao público, o cidadão José Fernando Carneiro Sousa.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que atendendo que foi enviada cópia da acta aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, que fosse dispensada a leitura da acta, o que foi aceite, por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da quinta sessão ordinária, do dia 23 de Novembro de 2010.

A acta foi aprovada, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 24 de Novembro de 2010 a 25 de Fevereiro de 2011 que se encontrou à disposição para consulta. Leu para conhecimento da Assembleia Municipal o ofício nº 576-382361/XI, de 23 de Dezembro de 2010, do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes" que enviou cópia da pergunta dirigida ao Ministério das Finanças sobre "Transferências - Participação Variável dos Municípios Açorianos no IRS", subscrita pelo deputado daquele Grupo Parlamentar, José Luís Ferreira.

Pelos membros Leonel da Rosa da Silveira e Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 25 de Fevereiro de 2011.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

#### **VOTO DE PROTESTO:**

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado, em nome dos membros do Partido Socialista, o Voto de Protesto sobre a Participação Variável dos Municípios Açorianos no IRS, que leu e abaixo se transcreve:

#### **"VOTO DE PROTESTO**

Tendo em conta que de Março a Dezembro de 2009, os municípios açorianos não receberam a verba relativa à Participação Variável dos municípios açorianos no IRS, sendo que relativamente ao mês de Dezembro de 2010 o mesmo se sucedeu, verificando-se o mesmo em relação aos primeiros meses do corrente ano,

Considerando que, por via de vários factores económicos internos e externos, os municípios em geral, têm sido penalizados, assistindo-se a uma quebra nas receitas municipais,

Considerando que nos Açores, os municípios sentem de especial forma a crise que se instalou no sistema financeiro e económico internacional,

Os eleitos da Assembleia Municipal na lista do Partido Socialista, vêm propor que seja aprovado este voto de protesto ao Ministro das Finanças, pelo facto de não cumprir as disposições aprovadas em leis orçamentais, estabelecidas pela Assembleia da República.

Em nosso entender, esta situação demonstra um evidente desrespeito do Senhor Ministro das Finanças para com instituições democráticas e órgãos de soberania e, subsequentemente, pela Constituição da República Portuguesa.

O Município de Lagoa (Açores) deverá associar-se a esta causa e repudiar as recentes declarações do Ministério das Finanças, que vêm ridicularizar a argumentação do Poder Local nos Açores e minimizar a questão, desviando as atenções para a esfera regional. Exigimos que seja respeitado o Estado de Direito democrático e que se apliquem as disposições aprovadas em sede da Assembleia da República, órgão que representa os cidadãos portugueses, e que têm vindo a tomar a forma jurídica de lei orçamental, desde 2009.

Condenamos o facto de, numa época especialmente difícil, o Ministro das Finanças continuar a penalizar o Poder Local, como forma de garantir a eficiência financeira do aparelho político em Portugal. Concordamos que existe uma efectiva necessidade de restringir os gastos do Estado, mas não podemos aceitar que compromissos assumidos, ganhando o formato de Lei, possam ser obliterados, desrespeitando e pondo em causa todos os princípios que presidiram à Revolução de Abril e que criaram um Portugal democrático, mais justo, solidário e coeso.

Não aceitamos, nem nunca aceitaremos qualquer espécie de política ou posição que fira os preceitos da verdadeira democracia e que ponha em causa a estrutura básica da organização de um Estado de Direito. Acreditamos que a Lei deve ser cumprida e que o Estado não se poderá excepcionar no cumprimento da mesma; o Ministério das Finanças tem a obrigação de transferir para o nosso município, bem como para as demais autarquias açorianas, o que lhes foi garantido na c), do Artigo 60º, da Lei nº3-B/2010 de 28 de Abril, bem como o estipulado no Mapa XIX em anexo ao mesmo diploma e, ainda, prosseguir com o cumprimento do estipulado no Mapa XIX da Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro de 2010, no que concerne à participação variável dos municípios no IRS.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Protesto apresentado pelos membros do Partido Socialista.

#### **VOTO DE PROTESTO:**

O membro Paulo Jorge Borges na sua intervenção deu as boas tardes a todos os presentes e referiu que iria começar de forma diferente, ia apresentar um protesto, que já foi

apresentado seis vezes, mas foi com muito agrado que antes de começar a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal teve a amabilidade, de lhe informar que finalmente tinha levado a efeito aquilo que o nosso Regimento da Assembleia Municipal prevê, havia uma mesa para os membros da Mesa da Assembleia e uma mesa para os representantes da Câmara Municipal e que tinha havido uma disposição na sala por Grupos Parlamentares e Público. Manifestou o seu agrado e quis que ficasse registado em acta um voto de louvor, embora de forma tardia, mas “tarde é o que nunca chega”, e os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela decisão tomada.

Em seu nome e dos membros: Vasco Garcia; Rosa Borges; Francisco Vieira e Cláudia Galego apresentou um Voto de Protesto semelhante ao que já foi votado que leu e baixo se transcreve:

#### “VOTO DE PROTESTO

Em Fevereiro de 2010 a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovou, por unanimidade, uma Resolução sobre as transferências do Orçamento de Estado para as Autarquias da Região Autónoma dos Açores. Na referida Resolução, denunciava-se a transferência para as Autarquias Açorianas das verbas correspondentes a 5 % do IRS gerado no respectivo Concelho, já que o Governo da República não transferiu para as Autarquias dos Açores os duodécimos correspondentes de Março a Dezembro de 2009.

Em 2010 o Governo da República voltou a não cumprir o estipulado na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, quando não transferiu para as Autarquias Açorianas as verbas correspondentes a 5 % do IRS cobrado nos respectivos Concelhos. Deixou o Governo da República de proceder às transferências em causa, alegadamente com base numa suposta interpretação centralista e completamente desajustada do sentido de Estado. A interpretação em causa da Lei de Finanças Locais, por parte do Governo da República, visa responsabilizar a região pelas transferências financeiras de 5 % do IRS cobrado nos respectivos concelhos dos Açores, assim desresponsabilizando o Estado de uma Obrigação financeira alienável.

Em Dezembro de 2009, o Governo Regional dos Açores anunciou que o Governo da República havia aceite uma proposta dos Açores que permitiria às Autarquias Açorianas a manutenção das receitas correspondentes à sua participação no IRS. Todavia, o que aconteceu, e continua a acontecer, é um ataque à Autonomia, aos seus órgãos e financiamento, bem como, de forma directa, às Autarquias dos Açores.

O Governo Regional dos Açores foi assim desrespeitado, perante os compromissos que, supostamente, tinham sido assumidos pelo Governo da República.

Agora, após um encontro dos Autarcas, dos Açores e da Madeira com o Presidente da República, ficou-se a saber que o Governo da República, continuando a fazer uma

interpretação centralista da Lei de Finanças Locais, na óptica que cabe aos Governos Regionais transferirem para as Autarquias os 5 % do IRS calculados nos respectivos concelhos, tendo exigido ao Governo Regional dos Açores a devolução do montante transferido para as Autarquias Açorianas relativo aos meses de Janeiro a Novembro de 2010 e tendo retirado, no final de 2010 ao Governo Regional da Madeira, o montante relativo às transferências efectuadas para as Autarquias em relação aos meses de Janeiro a Novembro de 2010. Deste modo vinga a interpretação centralista do Governo da República sobre a Lei de Finanças Locais, penalizando as Autarquias Açorianas, prejudicando os Açorianos e desrespeitando os Órgãos do Governo próprio, ou seja, desrespeitando a Autonomia.

Nestes termos os deputados Municipais do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõem o seguinte voto de protesto:

1 - A Assembleia Municipal de Lagoa (Açores) manifesta o seu mais veemente protesto pelo modo como o Governo da República tem vindo a tratar as autarquias Açorianas, prejudicando-as, ao não transferir atempadamente as verbas relativas ao IRS cobradas nos respectivos concelhos, relativamente aos meses de Março a Dezembro de 2009 e a Dezembro de 2010.

2 - A Assembleia Municipal de Lagoa (Açores) expressa o seu repúdio pelo ataque à Autonomia e aos Órgãos de Governo próprio, que o Governo da República tem levado a cabo, obrigando, indevidamente, o Governo Regional a assumir responsabilidades, perante as Autarquias Açorianas, que são do Estado.

3 - Deste Voto de Protesto deve ser dado conhecimento ao Governo da República e ao Governo Regional dos Açores.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezasseis votos contra dos membros do PS e sete votos a favor: seis votos do PSD e um voto do PP, rejeitar o Voto de Protesto apresentado pelos membros do Partido Social-Democrata.

#### **ASSUNTOS DIVERSOS:**

O membro Paulo Jorge Borges referiu que gostaria de levantar algumas questões ao Executivo Camarário, nomeadamente, no que diz respeito à Tenda da Tanoaria e à Tenda do Ferreiro - Ferrador, gostaria de saber se efectivamente deixou de haver a forma de financiamento àquelas Tendas e se isso se verificou, quais foram os critérios que presidiram a essa acção.

Referiu ainda o membro Paulo Jorge Borges que teve conhecimento que no Convento dos Frades tinha sido levantado o pavimento do Claustro e de uma outra sala e que essas lajes de pedra da Vila tinham sido levadas para uma serração, tinham sido cortadas e estão a ser colocadas novamente. Perguntou de quem é a responsabilidade daquela obra, de quem é o

projecto, quem tem acompanhado a obra e se essa obra foi autorizada pela Direcção Regional da Cultura que é a entidade que tutela os monumentos que são Património na Região.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos os presentes na Assembleia Municipal e referiu que gostaria de felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela decisão que tomou, embora gostasse que o Executivo Camarário tivesse uma mesa mais digna, mas não são exigentes e vão continuar a prestar as informações que forem necessárias para que esta Assembleia Municipal esteja sempre bem esclarecida.

Em relação à primeira questão sobre as Tendas da Tanoaria e do Ferreiro - Ferrador, a Câmara Municipal de Lagoa já há alguns anos tinha um protocolo com os proprietários daqueles espaços, que previa um apoio financeiro. Há um ano foi feita uma avaliação da situação e a Câmara Municipal estava a atribuir dinheiros públicos àqueles dois equipamentos, correndo o risco de mais tarde, no caso de morte dos actuais proprietários, os herdeiros darem um destino diferente daquilo que seria os interesses da Autarquia. Foi proposto a aquisição dos dois espaços, numa primeira fase dos imóveis e numa segunda fase do respectivo recheio, quer de uma forma quer de outra, foi negado estas duas possibilidades. Face a isto deixamos de apoiar, quer a Tenda da Tanoaria, quer a Tenda do Ferreiro - Ferrador mas aqueles espaços vão continuar a funcionar, como funcionavam. Entendemos que era melhor para o Concelho, como também para os proprietários, que fossem adquiridos aqueles espaços.

Em relação ao Convento dos Frades, como sabem, aquele imóvel passou para o Património do Município de Lagoa. Desde essa altura a Câmara Municipal nomeou um grupo de trabalho que fez uma avaliação sobre as possíveis utilizações daquele Convento. Houve ainda um período de organização, porque havia salas ocupadas, por uma família e por Grupos que utilizavam aquele espaço.

Estão a decorrer obras de conservação e beneficiação do Convento dos Frades, são obras da responsabilidade da Câmara Municipal de Lagoa, que dada a sua natureza não se justificava a elaboração de um projecto e estão a ser acompanhadas pelo Gabinete Técnico da Câmara Municipal que está a acompanhar toda a execução da obra.

Sobre a questão das lajes do pavimento do rés-do-chão, referiu que teve a oportunidade de falar sobre este assunto, na reunião da Câmara Municipal, a intenção da Câmara Municipal, inicialmente, e antes de ter sido feita uma avaliação às condições do pavimento era de facto

preservar, mas mais de 20 a 25% do pavimento, não era de pedra da Vila, mas de betão. Muitas das lajetas de pedra que lá existiam estavam danificadas, sem possibilidade de utilização e só havia uma alternativa, ou encontrar no mercado quantidade suficiente de pedra, o que nos contactos que se fez não houve qualquer possibilidade e então a decisão foi com as pedras boas que lá estavam foram fatiadas em 3 ou 4 e a pedra foi reaproveitada e utilizada. A Câmara Municipal também tinha alguma em armazém que foi utilizada. Mais referiu que aquele Convento, ao longo de muitos anos, esteve fechado e abandonado e sofreu muitos atentados e nunca viu muitos registos de indignação de peritos na área e comentou que é pena.

O membro Paulo Jorge Borges interrompeu e referiu que não percebeu quando o Senhor Presidente da Câmara disse que "é pena" e questionou se pelas lajes que se cortaram ou dos outros atentados que se fizeram naquele Convento.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que foi pelos atentados que se fizeram no Convento dos Frades.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não respondeu à sua questão, se a Direcção Regional da Cultura tinha sido ouvida sobre as obras que estão a ser efectuadas no Convento dos Frades. Acrescentou que havia outras soluções e não apenas o que o Senhor Presidente da Câmara apontou, ou se arranja no mercado ou, como não se arranja vamos cortar o que lá está. Expôs que há pouco tempo, a Sé Catedral do Funchal tinha a sua alvenaria doente e foi recuperada, embora seja um tipo de pedra diferente da nossa pedra da Vila. Hoje ninguém se apercebe que aquele edifício sofreu uma substituição da sua pedra de quase 50%, foi substituída por pedra idêntica, que foi talhada da mesma forma da pedra que lá estava. Todo aquele trabalho foi feito por uma equipa Madeirense com conhecimento. Julga que poderia ter havido outras soluções para o Convento dos Frades. Quando o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz que havia mais de 20 a 25% que era em betão, referiu que é lastimável, mas lastimável é, em sua opinião, o que se fez agora, e para si as justificações que foram dadas não as pode aceitar. Na qualidade de Deputado desta Assembleia Municipal ouviu de determinadas pessoas queixas do que se está a fazer no Convento dos Frades. Na sua opinião, foi mal feito o que se fez, havia com certeza outras soluções e se a Câmara Municipal não tinha meios técnicos suficientes para arranjar uma solução, havia no mercado com certeza soluções para essa situação. Acrescentou que tem pena que aquilo tenha acontecido.

Relativamente ao facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal ter dito que não ouviu reclamações dos outros atentados que se fizeram, se calhar não ouviu muitos mas da sua parte e a quem está associado, houve reclamações.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à resposta por parte da Direcção Regional da Cultura.

O membro Paulo Jorge Borges reformulou a questão, se a Direcção Regional da Cultura foi ouvida e se a Câmara Municipal tem o aval daquela Direcção Regional.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que vai responder mas não respondendo à questão, quando se tratou do processo da Ermida de Nossa Senhora do Cabo, a Câmara Municipal levou alguns anos, para que fosse aprovado as obras de recuperação da Ermida.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que daquilo que percebeu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, não foi pedido nenhum parecer à Direcção Regional da Cultura.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que não disse isso, o que disse foi diferente.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não lhe respondeu à sua pergunta.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, disse que então ficava sem resposta.

O membro Paulo Jorge Borges declarou para ficar registado em acta que "à pergunta colocada pelo Deputado Municipal Paulo Jorge Borges, se a Direcção Regional da Cultura tinha dado algum parecer ou se tinha sido feito algum pedido àquela Direcção Regional sobre a obra do Convento dos Frades, a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal foi não respondi à pergunta".

O membro Vasco Garcia referiu que acha que o Senhor Presidente da Câmara respondeu e respondeu muito bem, todos nesta Assembleia Municipal ficaram cientes que de futuro quando tivermos obras desta natureza, a Direcção Regional da Cultura realmente não merece outra atitude senão aquela que a Câmara Municipal da Lagoa teve.

O membro Roberto Oliveira na sua intervenção felicitou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela decisão tomada da disposição da sala, antes nunca se tinha pronunciado, mas realmente agora ficou com dignidade a divisão da sala, dá um cariz político e citou "Ano novo, vida nova".

Referiu que não percebeu porque foi que o Voto de Protesto apresentado pelos membros do PSD foi rejeitado e votado contra pelos membros do PS, o teor foi mais ou menos igual ao teor do Voto de Protesto apresentado pelos membros do PS, pelo menos o espírito foi o mesmo. Em sua opinião, este assunto é tão importante, mas apercebeu-se que aqui hoje se fez política. Referiu que se soubesse que se ia passar esta situação, também tinha trazido um Voto de Protesto contra o Grupo Parlamentar do PS que na Assembleia Regional votou contra uma situação idêntica a esta. Pensou em trazer, mas por achar que aqui até agora não se tem vincado a parte política, não trouxe. Acrescentou que quem merecia hoje um voto de protesto era o Grupo Parlamentar do PS.



Como membro desta Assembleia Municipal referiu que faz parte de três Comissões: Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Lagoa; Conselho Local de Educação e Comissão para Elevação da Atalhada a Freguesia. Informou que passou-se um ano e como Membro dessas Comissões, faz todo o sentido que refira a sua opinião, sobre o funcionamento dessas Comissões, no ano de 2010, porque se os membros das Comissões foram eleitos por esta Assembleia Municipal, pelo menos é com a esperança que elas funcionem.

Na Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens da Lagoa, no princípio ficou bastante preocupado, mas nesta data, a situação está a melhorar. Expôs que foi convocado para uma reunião, quando chegou lá disseram-lhe que a reunião não era naquele dia, mas no dia seguinte. No mês de Outubro, por motivos profissionais não pôde estar presente, telefonou e só recebeu sinal de um fax e não conseguiu justificar a sua ausência. No dia 29 de Outubro marcaram uma reunião em Ponta Delgada, quando chegou lá, à hora marcada e no sítio certo, disseram-lhe que não era ali mas mais acima. Perante estas situações, disse se isto funciona assim na Comissão Alargada, como será na Comissão Restrita e ficou preocupado, escreveu uma carta e nunca obteve resposta. Na prática tem visto uma evolução que lhe dá alguma esperança que as coisas estão a melhorar.

Sobre o Conselho Local de Educação referiu que, no ano de 2010, só reuniu uma vez e em seu entender foi pouco, porque hoje a educação é de grande importância e preocupação. Esta é uma crítica directa ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que também é o Presidente do Conselho Local de Educação.

Relativamente à Comissão para Elevação da Atalhada a Freguesia informou que a mesma durante, o ano de 2010, nunca reuniu.

O membro Roberto Oliveira solicitou informação sobre os seguintes assuntos:

- Funcionamento da Comissão de Trânsito;
- Informação sobre a notícia publicada hoje, sobre a exploração do Restaurante do Porto dos Carneiros;
- Se o Senhor Presidente da Câmara aplicou o complemento das remunerações compensatórias aos trabalhadores da Câmara Municipal que estão englobados naqueles escalões de vencimento;
- Se o processo de elevação da Vila da Lagoa a Cidade está a decorrer normalmente e se as datas previstas se mantêm.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que em relação ao Voto de Protesto não foi feita reunião preparatória e não foi previamente combinado e justificou que votou contra porque aquele voto do PSD mistura a situação com o Governo Regional dos Açores, e

só por essa razão votou contra, essa foi a sua opinião mas cada membro votou por si, com consciência e de livre vontade. Passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que o Conselho Local de Educação de Lagoa tem reunido em média uma vez por ano. Houve um ano em que reuniu duas vezes, na altura da elaboração da Carta Educativa do Concelho de Lagoa e no seu entender não se justifica haver mais do que uma reunião anual, aliás, é a prática em todas as Autarquias e não somos diferentes dos outros Concelhos. Mais informou que a Câmara Municipal tem contactos directos com os Conselhos Executivos das Escolas do Concelho. No Conselho Local de Educação são discutidas questões estratégicas para a educação e nessa medida julga que é suficiente uma reunião anual. Se algum membro entender que é necessário convocar o Conselho Local de Educação para discutir determinado assunto, pode sempre solicitar e será avaliada essa situação e marcada uma reunião.

Sobre a Comissão de Avaliação da Elevação do Lugar de Atalhada a Freguesia, informou que a mesma nunca reuniu. Ao nível nacional quando já se fala em redução de Freguesias, entende que, neste momento, não faz qualquer sentido estar a falar-se em elevar o Lugar da Atalhada a Freguesia. Já foi lançado um debate nacional sobre a reforma administrativa e isso poderá ocorrer para as eleições Autárquicas de 2013 ou 2017. A Comissão foi criada e vamos ver a evolução desta discussão a nível nacional. Na Região existe autonomia e é da competência da Assembleia Legislativa Regional a criação de freguesias.

Sobre a informação da notícia publicada hoje, sobre a exploração do Restaurante do Porto dos Carneiros, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que não ouviu e não tem registado qualquer crítica, preocupação ou queixas. Ontem, ainda estava em Lisboa e ligaram-lhe da RDP porque alguém teria ligado para a rádio a denunciar uma situação, mas nunca ouviu falar nisso e não iam ficar sem resposta. Falou com a Dra. Cristina Decq Mota que foi a Presidente do Júri do concurso para exploração do Restaurante Porto dos Carneiros e ligou de seguida para a Rádio a avisar que seria a Dra. Cristina a responder. Não ouviu ainda o que a Dra. Cristina disse, mas o que ela disse foi o que está no relatório de análise das propostas. Nessa medida não sabe qual é a polémica, das empresas que concorreram nenhuma delas apresentou, no prazo de audiência prévia, qualquer reclamação e só os concorrentes é que eram os interessados. Estranha que tenha havido reclamações, quando não tem conhecimento de qualquer queixa ou reclamação.

A nossa rádio pública tem saído com algumas notícias que parece que é uma grande novidade e depois não tem fundamento. Percebe isso das rádios comerciais que precisam de publicidade, agora da rádio pública, deviam de estudar previamente os dossier's.

Sobre a remuneração compensatória, informou que ainda não foi aplicada, a legislação foi publicada recentemente, mas será aplicada. Seria uma incoerência defender esta situação enquanto Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e depois não aplicar.

O membro Roberto Oliveira interrompeu para questionar quantos trabalhadores a Câmara Municipal tem nesta situação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que julga ser 10 trabalhadores.

Mais informou que sobre a elevação da Vila da Lagoa a Cidade, o que manifestou na Comissão da Assembleia Legislativa Regional, foi a intenção de que a Lagoa fosse elevada a Cidade no próximo ano, coincidindo com os 490 anos de elevação da Lagoa a Vila e sede do Concelho. A informação que dispõe é que o processo está pronto e será discutido e votado em Plenário, para ser assinado no dia 11 de Abril de 2012.

O membro André Almeida informou que a Comissão de Trânsito tem funcionado sempre que é necessário.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que foi constituída a Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa que está a funcionar e reúne sempre que necessário e quando há assuntos estratégicos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

##### **PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou para apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

##### **PONTO Nº 2 – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA CONTRACÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO DE 400.000,00 €, NOS TERMOS DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS:**

Pela Câmara Municipal, foi presente o pedido de autorização para a Câmara Municipal contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), de acordo com a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e a Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a contracção deste empréstimo se destina a ocorrer a dificuldades de tesouraria, é uma operação de gestão de tesouraria e a Câmara Municipal vai liquidar o empréstimo contraído em 2010.

O membro Paulo Jorge Borges questionou qual é o encargo mensal deste novo empréstimo e se já houve consultas a Instituições Bancárias.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que só depois da autorização da Assembleia Municipal, será feita a consulta. Mais informou que hoje ligaram-lhe da RDP a questionar como é que a Câmara Municipal de Lagoa vai contratar um empréstimo, quando não é possível contratar novos empréstimos e explicou tratar-se de um empréstimo de curto prazo.

O membro Paulo Jorge Borges esclareceu que não foi o Grupo Parlamentar do PSD que falou à RDP sobre a proposta para a contracção de um empréstimo, porque sabem distinguir o que é necessário e este empréstimo é com certeza um empréstimo necessário.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que nunca lhe passou pela cabeça que fossem os Senhores Deputados do PSD a comunicar esta situação para a RDP.

O membro Vasco Garcia expôs uma situação que ocorreu na comunicação social, nomeadamente, na RDP sobre os Bombeiros Voluntários. Referiu que defende que os Bombeiros Voluntários não são só de Ponta Delgada, mas também da Lagoa e enquanto lá estiver vai defender esta situação, embora haja pessoas que não gostem. Esclareceu a Assembleia Municipal que a notícia não foi correcta, não existe nenhum acto eleitoral em curso, nem poderia haver, porque o Comandante da Cooperação é nomeado pela Direcção e dizer que é a primeira vez que, em cem anos, se faz uma coisa destas foi incorrecto e não há instabilidade dentro do Corpo de Bombeiros Voluntários que serve Ponta Delgada e Lagoa. Foi aberto um concurso interno dos bombeiros qualificados para o cargo de comando, de acordo com a legislação em vigor, o processo está a decorrer e é transparente.

O membro Roberto Oliveira referiu que, em sua opinião, esta proposta para contracção do empréstimo devia ser acompanhada pela execução orçamental até 31 de Dezembro do ano transacto, pois teria ficado mais elucidado. Referiu que o empréstimo de curto prazo, em 2009, foi de 590.000,00 €, em 2010, foi de 590.000,00 € e este ano a Câmara Municipal apresenta uma proposta para 400.000,00 € e questionou porquê, se a Câmara Municipal está com alguma folga ou se o limite de endividamento só permite até 400.000,00 €. Acrescentou, que com todos os problemas de execução orçamental e de menos receitas, o Município tem sido penalizado e o limite de endividamento também e questionou qual o limite de endividamento do Município.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que quando chegou à Câmara municipal de Lagoa já não havia capacidade de endividamento. Desde essa data, o Município já contraiu dois empréstimos de médio e longo prazo, ao abrigo da actual legislação, para obras comparticipadas por Fundos Comunitários e para aquisição de habitações no âmbito do Programa de Realojamento, que foram empréstimos excepcionados do limite de endividamento.

Mais informou que o montante do empréstimo a curto prazo é contabilizado no total do endividamento líquido, que será reduzido porque a Câmara Municipal irá liquidar 590.000,00 € do anterior empréstimo de curto prazo e contratar um novo empréstimo de curto prazo de 400.000,00 €.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes:

**1º** Autorizar a Câmara Municipal a contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), de acordo com a alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

O membro Vasco Garcia, em seu nome e dos membros: Rosa Borges; Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira e Cláudia Galego, apresentou e leu uma declaração de voto que abaixo se transcreve:

#### "Declaração de Voto

O Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, consciente das enormes dificuldades criadas à gestão das autarquias açorianas em geral e à Câmara Municipal de Lagoa, em particular, pela ruínosa política nacional do Governo Socialista do Primeiro-ministro José Sócrates;

Consciente das atitudes firmes e intransigentes tomadas nesta matéria pelo Sr. Presidente da Câmara, Engenheiro João Ponte, em defesa do município e dos interesses das cidadãs e cidadãos do Concelho;

Sabendo que posições desta natureza não são fáceis de tomar, quando estão também em jogo políticas partidárias, ainda que particularmente lesivas do futuro do País, da Região e dos Municípios;

Dá o seu voto favorável à contracção do empréstimo de 400.000,00 euros posto à apreciação desta Assembleia, exortando o Sr. Presidente e a Vereação para que utilizem criteriosamente estes fundos, dada a situação difícil que todos atravessamos e para a qual são poucas todas as solidariedades que se possam congregar."

Referiu ainda o membro Vasco Garcia que foram apresentados dois votos nesta sessão que vão no mesmo sentido, um foi aprovado e o outro não, e os membros do PS que aprovaram um voto reprovaram o outro e comentou que não foi uma boa lição de democracia.

**Saíram os membros Norberto Ponte e Susana Costa.**

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de intervenção ao público e passou a palavra ao cidadão José Fernando Carneiro Sousa.

No uso da palavra, o cidadão José Fernando Carneiro Sousa apresentou votos de boas noites a todos e referiu que como cidadão lagoense que não faz parte da política, quer enaltecer a coragem do Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela distribuição na sala desta Assembleia Municipal.

Sobre a acta nº 7/2010, de 23 de Novembro de 2010, referente a esta Assembleia Municipal, o que está lá foi tudo o que aqui foi dito, quer da sua parte, quer da parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Só que perguntou, na altura, se um cidadão fizesse uma denúncia ou uma queixa à Câmara Municipal porque razão é que a Câmara não organizava um processo de averiguações, à referida queixa ou denúncia. A resposta que o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu é que se alguém estiver fazendo uma casa e dizer à fiscalização que não podem entrar, o processo fica sem se dar andamento, fica “por águas de bacalhau” e o que a lei rege não é assim, a lei diz que há outros mecanismos e esta Câmara tem poderes para isso, para organizar um processo.

Referiu ainda, que na lei existe algo que diz que ninguém pode estar acima da lei, nem podem prejudicar ninguém, nem beneficiar, nem privar de qualquer direito. Acrescentou que de todas as denúncias que já fez, queixas e preocupações que já deu conhecimento à Câmara, sente-se lesado e não é isso que a lei prevê. A lei diz que ninguém pode ser prejudicado. Deu conhecimento à Assembleia Municipal que ainda não obteve a resposta certa, como está escrito na acta nº 7/2010.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que deixa o registo de uma observação que o Senhor José Fernando Carneiro Sousa tem na sua posse a acta nº 7/2010, de 23 de Novembro de 2010, quando a acta foi aprovada nesta sessão e ainda não foi disponibilizada publicamente.

Em relação à primeira questão, gostaria de dizer que na altura o que foi dito foi completamente diferente daquilo que o Senhor José Fernando Carneiro Sousa disse e tem a haver com uma situação concreta. O que é facto e, todos nós sabemos, é que se houver

uma denúncia de que está acontecer uma situação qualquer, que seja da competência da Câmara Municipal e que necessita da intervenção da fiscalização, e, se não houver autorização por parte dos privados para entrar no terreno ou na moradia, só o Tribunal pode dar essa autorização e foi isso que foi dito aqui e o Senhor sabe perfeitamente que para se conseguir uma autorização dessas leva muito tempo, a não ser que esteja em causa uma situação de ordem pública em que a PSP também actua. Quando se trata de processos administrativos dessa natureza, estes são morosos e entre o momento em que é feita a denúncia e até à obtenção da autorização, não vale a pena actuar, a não ser que seja uma construção e aí será ordenada a demolição.

O cidadão José Fernando Carneiro Sousa referiu que não tem a acta em seu poder, disse que sabe o que está mencionado na acta e não concorda com o que está na acta, porque o Senhor Presidente da Câmara não lhe deu a resposta verdadeira e a lei não permite isso, sendo assim não se faz nada. Esta Câmara Municipal não faz nada e continua tudo na mesma.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do cidadão José Fernando Carneiro Sousa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Sem mais assuntos a tratar, sendo dezanove horas e dez minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---